

A SISTEMATIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Vieira, Leandro Félix¹

Vieira, Edson Trajano²

RESUMO - O projeto comanda como seu objetivo geral a explicação de condições sobre desenvolvimento regional e seus proventos estratégicos, assim como regular dados bibliográficos condizente com a sucessão e contextualização deste na melhor aplicação estratégica. A metodologia que foi usada, assim como, o embasamento presente neste trabalho, é um estudo descritivo e teve seu progresso experiente na metodologia bibliográfica, na qual foi possível escavar o conteúdo a partir de livros, artigos, revistas e reportagens, usando como principais bases de dados Scielo, Scholar e Capes. A fusão dos artigos foi efetivada com a apreciação dos títulos e dos resumos. As propriedades de posicionamento dos artigos, a princípio para a verificação levaram em consideração posicionamentos em português e inglês com impressões feitas entre 2000 e 2011. Entre as literaturas selecionadas, destacaram-se os escritores: Figueiredo (2009); Oliveira (2001). Analisando todos os objetivos específicos apresentados no princípio, pode ser concluído que, em processo das considerações e informações pertinentes a esses fundamentos, a interpelação pretendida foi abrangida com sucesso, mostrando de forma maior todos os limites essenciais para que seja combinado uma compreensão sobre o conteúdo de forma clara. Os efeitos da economia em grandeza integral sobre as regiões confirmam a valia da melhor percepção de como as forças locais se articulam acerca de distintos conceitos para o progresso local e de prolongado tempo. Pesquisas preliminares indicam que as forças locais existentes nos territórios são elementos determinantes ao seu progresso e são manifestadas por meio dos sistemas econômicos, sociais, políticos e culturais, que se formaram durante suas histórias. Dallabrida e Becker (2008) escrevem que progresso regional é um processamento de territorialização que visa o espaço de reterritorialização capaz de estimular as potencialidades para a suplantação de desafios locais; proteger o espaço da exclusividade; eliminar privações ou não liberdades; produzir os atores regionais à requisito de sujeitos; intervir os territorializados, os que estão em processamento de desterritorialização e os já desterritorializados. Por sua vez, os autores incluem as dimensões econômica e comunitária em sua manifestação onde a abordagem territorial é o âmbito econômico que se transforma em um meio relacional, campo das interações sociais, das sinergias interpessoais e da atuação coletiva, determinando a capacitação de inovação e o sucesso regional das áreas específicas. Llorens (2001) complementa as ideias anteriores ao fazer referência a uma localidade, inclui-se tanto os gestores públicos locais e regionais como os atores empresariais privados e do conjunto social civil. O desenvolvimento não é uma questão que depende, somente, de diretivas e intervenções do Estado Nacional, nem sequer é resultado especial das atividades empresariais

¹Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional na Universidade de Taubaté.

²Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Diretor dos Departamentos de Ciências Sociais e Letras e Serviço Social da Universidade de Taubaté Professor dos cursos de mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Gestão e Desenvolvimento Regional.

privadas. No âmbito social, as iniciativas similarmente são promovidas pelos poderes locais, voltados para a luta em oposição a mendicidade, o desemprego e a favor do meio ambiente. Esta pesquisa se justifica por conceder uma contextualização quanto a estratégia para o desenvolvimento regional, em prova de que, cada vez mais se constitui a formação de ferramentas e facilita para a associação de instruções em progresso de fortes experimentações, com geração de entendedores contemporâneos na produção e na educação. Sendo que, por sua vez, firma uma base certificada por meio dos meios de trabalho a todos, idem como por seu subsídio acumulativo, ou seja, por meio dos informes que esse soma à correlação de flexibilidade científica.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Estratégias de desenvolvimento regional. Aplicação de estratégia de desenvolvimento regional.

ABSTRACT – The project commands as its general objective the explanation of conditions about regional development and its strategic benefits, as well as to regulate bibliographic data consistent with its succession and contextualization in the best strategic application. The methodology that was used, as well as the basis present in this work, is a descriptive study and had its experienced progress in the bibliographic methodology, in which it was possible to dig the content from books, articles, magazines and reports, using as main databases Scielo, Scholar and Capes. The merger of the articles was effected with the appreciation of the titles and abstracts. The positioning properties of the articles, in principle for verification, took into account positions in Portuguese and English with impressions made between 2000 and 2011. Among the selected literatures, the following writers stood out: Figueiredo (2009); Oliveira (2001). Analyzing all the specific objectives presented in the principle, it can be concluded that, in the process of considerations and information pertinent to these fundamentals, the intended interpellation was successfully covered, showing more clearly all the essential limits for a clear understanding of the content. The effects of the economy in full scale on the regions confirm the value of the best perception of how local forces articulate themselves about different concepts for local progress and long term. Preliminary research indicates that the local forces that exist in the territories are determining elements of their progress and are manifested through the economic, social, political and cultural systems that have been formed during their histories. Dallabrida and Becker (2008) write that regional progress is a process of territorialisation that aims at the space of reterritorialisation capable of stimulating the potential for the supplanting of local challenges; protecting the space from inclusivity; eliminating deprivations or non liberties; producing the regional actors to the requirement of subjects; intervening the territorialized, those in the process of deterritorialization and those already deterritorialized. In turn, the authors include the economic and community dimensions in their manifestation where the territorial approach is the economic sphere that becomes a relational medium, the field of social interactions, interpersonal synergies and collective action, determining the capacity for innovation and the regional success of

specific areas. Llorens (2001) complements the previous ideas by referring to a locality, including both local and regional public managers and private business actors and the civil social whole. Development is not an issue that depends solely on directives and interventions by the national state, nor is it a special result of private business activities. In the social sphere, initiatives are similarly promoted by local authorities, focused on the struggle against begging, unemployment and for the environment. This research is justified by giving a contextualization as to the strategy for regional development, in proof that it increasingly constitutes the formation of tools and facilitates the association of instructions in progress of strong experimentation, with generation of contemporary understanding in production and education. In turn, it establishes a certified basis through the means of work to all, as well as through its cumulative subsidy, that is, through the reports that this sum to the correlation of scientific flexibility.

Keywords: Regional development. Regional development strategies. Implementation of regional development strategy.

1 INTRODUÇÃO

O progresso regional brasileiro é um assunto apelante e tem ganhado relevância nos últimos anos em motivo da necessidade de construção de um projeto nacional de progresso. Julgar o progresso nacional necessita da colocação da demanda regional brasileira no centro perspectivo.

Em primeiro lugar, a demanda regional brasileira atravessa todas as escalas. Ou seja, há desigualdades de renda, de estrutura produtiva, do padrão da divisão comunitária do trabalho nas escalas macrorregional com resultados nas demais escalas microrregionais. Pesquisas de coincidência de renda em nível estadual tem demonstrado, no melhor dos casos, uma lenta diminuição das desigualdades, e na maior parte das pesquisas, coincidência para conjuntos sociais ou categorias de estados.

Por outro lado, similarmente é uma comprovação em nível externo que as desigualdades tendem a se exacerbar em escalas mais baixas. Análogo feito é praticado para os países da União Europeia, no qual se segue uma coincidência de renda em nível de países, porém diferença dentro dos países. Portugal e Espanha

parecem dois casos típicos deste erudito. O Brasil, na grandeza de municípios, similarmente parece seguir o padrão de grande diversidade e falta de uma prospectiva de renda (MAGALHÃES e MIRANDA, 2009).

Em segundo lugar, há que se observar que na segunda metade do século passado o país se urbanizou depressa, chegando a ter mais de 80% de seus indivíduos nas cidades já nos anos 1980. Apesar de que se discuta o nível de urbanística, as metrópoles brasileiras hoje são representativas dos indivíduos e da execução econômica nacional. As cidades médias similarmente apresentam grande atividade, o que cada vez mais evidencia a relevância das áreas urbanas no país.

Em terceiro lugar, há um conjunto de ações de políticas públicas que incidem sobre as distintas regiões, as quais, várias vezes, não são integradas e nem sequer estão subordinadas a uma única chefia, dificultando ou até mesmo impedindo que se tenha os resultados esperados.

Em quarto lugar, os 25 anos de inclusão de chefia nacional de políticas de progresso regional associados à atuação predatória fiscal entre estados federados geraram uma sorte de partida entre eles para a atração de novos investimentos e, também, instituíram a probabilidade de que é possível realizar o progresso regional a começar por cada estado, ou seja, do seu próprio progresso e/ou desenvolvimento.

Em quinto lugar, as mudanças na perspectiva externa que decorreram da crise econômica externa, instalada de maneira mais efetiva a começar por setembro de 2008, evidenciaram que a execução de transplantes institucionais, como estava ocorrendo, pode ser indesejável e enganosa. Rodrik (2004) argumenta que o abrandamento de posicionamentos mais extremados quanto a receitas únicas para países com diferentes padrões de progresso possui autorizado que se discuta de maneira mais explícita a correlação entre Estado, companhia e conjunto social.

Todos estes aspectos precisam ser levados em conta, considerando que o Brasil vive uma hora externo e nacionalmente, com ocasião muito benigna, prospectiva de ampliação dos investimentos em vários setores de exercício econômico, possuindo dessa maneira uma boa descarga elétrica de inclusão para concorrer de maneira decisiva o seu progresso regional.

O projeto comanda como seu objetivo geral a explicação de condições sobre desenvolvimento regional e seus proventos estratégicos, assim como regular dados bibliográficos condizente com a sucessão e contextualização deste na melhor aplicação estratégica.

Para a concepção e magnitude do objetivo geral, serão abordadas as consequentes dimensões com absoluto rigor para que este seja realizado propriamente:

- Contextualizar, de forma geral, sobre desenvolvimento regional;
- Apresentar as estratégias de desenvolvimento econômico e regional;
- Evidenciar os princípios de qualidade na gestão estratégica para o desenvolvimento;
- Caracterizar a sistematização de políticas públicas para o desenvolvimento regional;
- Enaltecer as competências territoriais para o desenvolvimento regional.

1.1 Metodologia

A metodologia que foi usada, assim como, o embasamento presente neste trabalho, é um estudo descritivo e teve seu progresso experiente na metodologia bibliográfica, na qual foi possível escavar o conteúdo a partir de livros, artigos, revistas e reportagens, usando como principais bases de dados Scielo, Scholar e Capes. De acordo com Lakatos e Marconi (2001), o estudo bibliográfico ou de fonte secundárias é a que especialmente interessa a este trabalho. Trata-se da verificação de toda a bibliografia já publicada, em livros, revistas, publicações avulsas e impressas.

Dessa maneira entende-se, que a bibliografia tem em suas fontes um alto nível de credibilidade, oferecendo segurança no uso das suas informações, dando uma tangível legitimidade ao estudo e ao utente que dela se utiliza. A fusão dos artigos foi efetivada com a apreciação dos títulos e dos resumos. As propriedades de posicionamento dos artigos, a princípio para a verificação levaram em consideração posicionamentos em português e inglês com impressões feitas entre 2000 e 2011.

Entre as literaturas selecionadas, destacaram-se os escritores: Figueiredo (2009); Oliveira (2001).

O desenvolvimento do presente artigo encontra-se subdividido em cinco principais tópicos, listados respectivamente da seguinte maneira: Contextualização geral acerca do desenvolvimento regional; sobre estratégias de desenvolvimento econômico e regional; Princípios de qualidade na gestão estratégica para o desenvolvimento; A sistematização de políticas públicas para o desenvolvimento regional; as competências territoriais para o desenvolvimento regional. Após, constam ainda as considerações finais sobre o conteúdo desenvolvido e a lista de referências bibliográficas que foram utilizadas para a pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

Não apenas as utilidades da gestão (planejamento, disposição, direção e controle) precisam ser consideradas num planejamento engenhoso municipal. Os conceitos e preceitos da administração estratégica e do senso engenhoso precisam ser vivenciados em sua elaboração. A administração estratégica é um termo mais rico que abrange não apenas a gestão de suas partes ou estágios, porém os detalhes e as discussões que antecedem a elaboração do planejamento engenhoso (WRIGHT; KROLL e PARNELL, 2000).

É um processamento constante e iterativo que visa preservar uma disposição como um conjunto apropriadamente integralizado a seu local. Acentua que os gestores se dediquem a uma série de etapas ou a um processamento constante. O termo “iterativo” indica que as etapas são repetidas ciclicamente. Os ambientes organizacionais mudam frequentemente, e as organizações precisam se modificar de maneira adequada para certificar-se que os objetivos organizacionais possam ser alcançados.

O senso engenhoso é a arte de fazer técnicas com efetividade. Julgar estrategicamente e comportar-se operacionalmente significa regular o presente e alcançar a futuridade desejada. Visa vencer os adversários, sabendo que eles estão tentando realizar a mesma ação que a disposição ou que seus gestores se propõem.

A boa lucidez engenhosa em tantos distintos contextos continua sendo uma arte. O conceito de gestão, sob a auditiva da administração, está ligado com o conjunto de recursos decisórios e a aplicação das atividades destinadas as práticas de gerenciar (FREY, 2000).

Em termos gerais, a regência pode ser entendida como discussão dos gestores nas atividades e nas ações de gestão. A regência pública está associada com a capacitação dos governos na gestão das utilidades federais, estaduais e municipais, bem como com a discussão na elaboração de respectivas políticas públicas para favorecer as atividades necessárias na condução do país, dos estados e das cidades, contextualizando a comunicação das pessoas nesses desafios. O município é um corpo dinâmico e complexo que se caracteriza por grandes variedades, múltiplos contrastes e divergentes juro, gerando inúmeras dificuldades aos gestores locais, aos munícipes e aos demais interessados na cidade (FREY, 2000).

2.1 Contextualização geral acerca do desenvolvimento regional

Para Lopes (2001), o conceito certo de desenvolvimento regional não precisa se assentar no conceito de desenvolvimento, porém efetivamente no de progresso em seu intuito rico. Neste caso, conhecida a urgência de realizar o planejamento para atingi-lo, a ideia de regionalizar apresenta-se como a melhor alternativa.

A valia do determinante astral no progresso econômico é ressaltada por Lopes (2001), se as vantagens do progresso econômico-social precisam ser para as pessoas, a localização destas é coeficiente que não precisa ser deposto na avaliação a no amparo de políticas, como não precisa ser deposto o entendimento tão alumiado quanto possível da localização dos recursos e das atividades, e mais fundo relativos com múltiplos aspectos interdisciplinares que, eles similarmente, não podem deixar de ser considerados. Para Oliveira e Lima (2003), o progresso regional está ligado à comunicação do conjunto social local no planejamento constante da subdivisão dos frutos do processamento de desenvolvimento.

De acordo com Souza Filho (2000), essa questão regional é focalizada pelas teorias de progresso endógeno, que tiveram suas origens no decênio de 1970, no momento em que as promessas de progresso emergiram. Por meio do decênio de 90, a essencial questão do modelo de progresso endógeno passou a ser a explicação sobre as causas pelos quais o nível de desenvolvimento variava entre as muitas regiões e nações, apesar de que estas possuísem as mesmas condições na procura por elementos produtivos. Dessa maneira, a saída seria buscar entre esses elementos (como capital comunitário, capital humano, entendimento etc.), quais eram determinados dentro da região.

O escritor define o progresso regional endógeno como sendo o processamento interno de ampliação contínua da capacitação de valor sobre a fabricação, bem como da capacitação de absorvimento da região, onde o desdobramento é o acúmulo do poder econômico originado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

Este processamento possui como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de progresso regional concreto. A valia do elemento endógeno para a elaboração de novas técnicas de progresso é ressaltada por Wanderley e Lages (2004), uma vez que ela coloca a região ou local no papel de predisposto ligado da atuação e não como instrumento passivo da atuação.

Wanderley e Lages (2004) indica que, para a construção de um novo protótipo para as novas técnicas de atuação regional, deve-se reparar em três aspectos: o 'artista' das ações de progresso precisa ser a região, mesclando os espaços geográfico e socioeconômico; os conceitos e ações regionais precisam adicionar a interdisciplinaridade; e precisa ocorrer a identificação das existências regionais específicas.

2.2 Sobre estratégias de desenvolvimento econômico e regional

Vários estudiosos, associados a uma perspectiva mais teórica da economia, adotam rudimentos de progresso econômico de modo direto relacionado ao

desenvolvimento, no qual na providência em que há desenvolvimento financeiro e racional de capital, incentivando a subdivisão de renda entre os proprietários dos elementos de fabricação. Este feito pode ser praticado de maneira sintética sob a auditiva de regiões subdesenvolvidas, que crescem menos que as desenvolvidas, uma vez que ainda que possuam recursos produtivos ociosos, como terra e mão de obra, não os utilizem totalmente, expandindo economicamente abaixo de suas capacidades (OLIVEIRA, 2001).

Sob outra perspectiva, avaliação à especulação de progresso, focado na abordagem produtivista e de capital, o tratamento da questão do progresso implica sem dúvida no desenvolvimento como um requisito relevante, no entanto não satisfatório. É necessário aumentar sua pesquisa para ir além da metodologia quantitativa do produto, para incluir outro correio de avaliação, a estima das mudanças qualitativas na forma de vida dos indivíduos, das instituições e estruturas produtivas (OLIVEIRA, 2001).

Cabe realçar, que uma das capacidades promissoras para atingir o progresso financeiro e uma subdivisão equitativa dos resultados oriundos do desenvolvimento é atribuída ao progresso local, uma estratégia onde o propósito é buscar, por meios endógenos, uma globalização vantajosa ou uma colocação no progresso econômico regional, estadual, nacional e, se possível, externo (AMARAL FILHO e CARRILLO, 2011).

Amaral Filho e Carrillo (2011) sobressaem também, que o progresso local, baseia-se no panorama de que a dificuldade da diversidade regional não é apenas uma dificuldade de renda, porém efetivamente de capacitação ou inabilidade de geração de renda, objetivando trabalhar com base em duas opções: estratégia de mutabilidade comunitária e técnicas de atividades produtivas.

O propósito da estratégia de mutabilidade comunitária é proporcionar aos indivíduos um local em formação e apreciação do capital humano, por meio da pedagogia assente de qualidade, conjugada com iniciativas de formação profissional. A estratégia com base nas atividades produtivas procura adaptar-se às localidades para as quais existam potencialidades econômicas reais e reveladas,

estruturando e fortalecendo o ofício de fabricação agregado para o local ou para região de forma que ela passe a movimentar os recursos e elementos locais.

Dessa forma, indica-se que o progresso local precisa ser inventariado em técnicas e políticas influenciadas pelo protagonismo local, por meio da formação do capital humano, por meio da pedagogia de qualidade, da formação profissional, para disparar a dificuldade de inabilidade de geração de renda (OLIVEIRA, 2001).

As complicações regionais, antes analisadas em grandeza nacional, passaram a ser discutidos em grandeza local, com menor interferência federal, privilegiando políticas que procurassem reproduzir potencialidades locais sem impreterivelmente incluir a localidade nacional (LIMA e SIMÕES, 2009).

No centro destas novas políticas de progresso local endógeno está similarmente o propósito de produzir o progresso das capacitações da região de modo a prepará-la para integrar da partida externa e fazer novas tecnologias por meio da mobilização ou progresso de seus recursos específicos e suas aptidões próprias (DINIZ e CROCCO, 2006).

Esta consideração é indireta do modelo de progresso implantado no Brasil no pós-guerra, orientado pela industrialização via substituição de importações, que não incorporava a geração de tecnologia nacional como espaço avaliativo, uma vez que apostava na forte proteção do mercado servidor e na atração de investimentos de companhias estrangeiras (com pacotes tecnológicos desenvolvidos nas suas matrizes) para compor os setores mais dinâmicos da economia nacional (FERNANDES, 2011).

Também de acordo como Fernandes (2011) a coerência desse modelo tirou com que não se trouxesse o assunto da inovação para as técnicas empresariais de concorrência na industrialização nacional, com a possível vantagem das companhias estatais, que foram estimuladas por políticas públicas a fazer inovações para reparar determinadas metas estratégicas nacionais diretamente identificados.

De acordo com Cassiolato; et al. (2007), no Brasil as firmas não baseiam sua estratégia na geração interna de entendimento e isso acaba acarretando pouca ambição por relações. A colaboração mais expressiva das instituições continua sendo a formação de recursos humanos.

Dessa maneira, esse é um período que apresenta muitas circunstâncias que facilitam a utilização da união existente entre este novo conjunto social, em que os ativos intangíveis como o entendimento ganham maior relevância econômica, e os recursos internos, no qual se destacam a capacitação de fazer novas competências, a potencialidade de estimular o começo de novos serviços, a base para o poder público local em técnicas de progresso e a capacitação de incremento das atividades econômicas decadentes.

2.3 Princípios de qualidade na gestão estratégica para o desenvolvimento

Pascarelli (2011) menciona que por meio do protótipo de intersectorialidade, pode-se ter uma perspectiva completa dos processos que ocorrem no mundo tangível e das suas conexões entre os diversos e distintos graus do entrecho. E apesar de que a utilização da intersectorialidade pode exigir o uso do conceito, não obstante, verifica-se que as complicações do conjunto social se apresentam de uma forma que o Estado ou qualquer outra disposição, sozinhos e com competências especializadas e fragmentadas, não podem trabalhar uma resolução para os mesmos por causa da dificuldade da forma como estes são percebidos no conjunto social em si.

Considera-se também necessário para o sucesso de qualquer organização pública, uma gestão estratégica, de acordo com Herrero Filho (2005) a essência da gestão estratégica é regular a partir de uma abordagem inovadora e criativa, uma estratégia competitiva que assegure o fim da disposição nos serviços atuais, ao mesmo tempo em que constrói as competências fundamentais necessárias para o sucesso nos serviços futuros. Na perspectiva da administração significa definir para no qual se pretende ir, o mapeamento das dificuldades e ajeitar para no momento em que as atividades acontecerem.

O termo 'estratégia' vem do âmbito militar e da guerra, porém sua valia vem dos princípios da economia identificados na usura e partida. O amparo de uma estratégia julga o entendimento, a decisão no qual se pretende alcançar e a elaboração de um conjunto de decisões, planos e ações. A gestão estratégica é um

processamento profissionalizante visto que envolve entendimento e decisão, o primeiro requer informações, já a tomada de decisões julga além do entendimento, aptidões e simulação.

2.4 As Políticas Públicas como Estratégia para o Desenvolvimento Regional.

As Políticas Públicas orientam as ações da administração pública, com o uso de técnicas e códigos normativos para fazer-se a união entre gestão pública e conjunto social, entre Estado e atores sociais. Por meio da sua elaboração, as políticas públicas demonstram a capacitação do poder público, que envolve a subdivisão e redistribuição de quantidade, os processos de decisão e seus conflitos, além de custos e recursos para oferta de propriedades e serviços públicos (TEIXEIRA, 2002).

De acordo com a fachada econômica em grandeza regional, as políticas públicas tornam-se políticas públicas de desenvolvimento regional, em que buscam favorecer o progresso de atividades de equidade inter-regional, considerando a região como uma localidade com grandeza e massa avaliativa de recursos suscetíveis, concebidas e implementadas a começar por um quadro engenhoso de pesquisa com base em uma certa localidade, com graus desiguais de comunicação dos atores regionais e locais (FIGUEIREDO, 2009).

Por meio da coordenação das políticas públicas de desenvolvimento regional, de acordo com uma biologia diferencial das rupturas de mercado justificadoras de sua durabilidade, os paradigmas da economia regional são capazes de ser um referencial de avaliação. De maneira genérica, a economia regional e dos territórios evidenciam uma progressão no intuito de responsabilizar valia ocasional diferenciada a distintas rupturas de mercado e pelo quanto esta evolução será capaz de acarretar à desejada coordenação das políticas públicas de desenvolvimento regional (FIGUEIREDO, 2009).

Com base na abordagem metodológica acertada por Figueiredo (2009), em que é construída uma biologia diferencial de políticas públicas de desenvolvimento

regional a partir das rupturas de mercado, torna-se possível corporificar a gestão, chefia e análise de políticas públicas.

De acordo com uma recomendação teórica e conceitual, as políticas públicas estão dentro de campos multidisciplinares aconselhados a esclarecer a classe destas e seus processos, na procura da construção de uma especulação maior, que tenha como propósito, sumariar teorias de distintas ciências sociais, como as de conhecimento econômico (SOUZA, 2006).

2.5 As competências territoriais para o desenvolvimento regional

Os efeitos da economia em grandeza integral sobre as regiões confirmam a valia da melhor percepção de como as forças locais se articulam acerca de distintos conceitos para o progresso local e de prolongado tempo. Pesquisas preliminares indicam que as forças locais existentes nos territórios são elementos determinantes ao seu progresso e são manifestadas por meio dos sistemas econômicos, sociais, políticos e culturais, que se formaram durante suas histórias.

Dallabrida e Becker (2008) escrevem que progresso regional é um processamento de territorialização que visa o espaço de reterritorialização capaz de estimular as potencialidades para a suplantação de desafios locais; proteger o espaço da exclusividade; eliminar privações ou não liberdades; produzir os atores regionais à requisito de sujeitos; intervir os territorializados, os que estão em processamento de desterritorialização e os já desterritorializados.

Por sua vez, os autores incluem as dimensões econômica e comunitária em sua manifestação onde a abordagem territorial é o âmbito econômico que se transforma em um meio relacional, campo das interações sociais, das sinergias interpessoais e da atuação coletiva, determinando a capacitação de inovação e o sucesso regional das áreas específicas.

Llorens (2001) complementa as ideias anteriores ao fazer referência a uma localidade, inclui-se tanto os gestores públicos locais e regionais como os atores empresariais privados e do conjunto social civil. O desenvolvimento não é uma questão que depende, somente, de diretivas e intervenções do Estado Nacional,

nem sequer é resultado especial das atividades empresariais privadas. No âmbito social, as iniciativas similarmente são promovidas pelos poderes locais, voltados para a luta em oposição a mendicidade, o desemprego e a favor do meio ambiente.

3 CONCLUSÃO

Analisando todos os objetivos específicos apresentados no princípio, pode ser concluído que, em processo das considerações e informações pertinentes a esses fundamentos, a interpelação pretendida foi abrangida com sucesso, mostrando de forma maior todos os limites essenciais para que seja combinado uma compreensão sobre o conteúdo de forma clara.

A exposição das perspectivas de desenvolvimento regional concede uma extensão muito maior sobre a perspectiva de cada indicação. Enaltecendo de forma esclera e expressa o protótipo, estimulando dessa forma, uma apreensão abundantemente completa sobre o impasse de pesquisa exposto na introdução.

Designou-se, então, o sistema aplicacional endógeno como uma nova estratégia de desenvolvimento regional, no qual as metas eram o progresso e a renovação do sistema econômico, o crescimento do emprego local e a beneficiação do nível de vida dos indivíduos. Os principais agentes dessa classificação não seriam mais a administração central do Estado e/ou uma grande empresa urbana e, efetivamente, os administradores públicos estaduais e municipais e os empresários locais.

Observou-se também que no âmbito das políticas públicas brasileiras, de forma maior, uma grande influência, no caso exclusivo daquelas voltadas para o progresso, via de exemplo, são direcionadas para localidades no qual estão os parceiros de partidos, dessa forma, a escolha das localidades que receberão vantagens, geralmente não é determinada em ofício de virtualidade, pendor ou mesmo debilidade de recursos. Nesse intuito, a divisão de polos de progresso elimina a eventualidade de ingerência na escolha de municípios e intervenções.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J.; CARRILLO, J. **Trajetórias de desenvolvimento local e regional**: uma comparação entre a região nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia (México). Rio de Janeiro: E-pappers, 2011.

CASSIOLATO, J.E.; et al. **A relação universidade indústria no sistema nacional de inovação brasileiro**: uma síntese do debate e perspectivas recentes. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

DALLABRIDA, V.R.; BECKER, D.F. **Dinâmica territorial do desenvolvimento**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

DINIZ, C.C.; CROCCO, M.A. **Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FERNANDES, L.M.R. **O desafio de transformar o Brasil por meio da inovação**. Brasília: MCT, 2011.

FIGUEIREDO, A.M. **As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional**. Coimbra: Principia, 2009.

FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.

HERRERO FILHO, E. **Balanced Scorecard e a gestão estratégica**: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, A.C.C.; SIMÕES, R.F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra**: o caso do Brasil (texto para discussão). Belo Horizonte: UFMG, 2009.

LLORENS, F.A. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LOPES, A.S. **Desenvolvimento regional**: problemática, teoria, modelos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MAGALHÃES, J.; MIRANDA, R. **Dinâmica da renda per capita, longevidade e educação nos municípios brasileiros**. Estudos Econômicos, 2009.

OLIVEIRA, A.U. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. São Paulo: Estudos Avançados, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2KUSTqX>. Acesso periódico durante o desenvolvimento do trabalho.

OLIVEIRA, G.B.; LIMA, J.E.S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional**: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Curitiba: FAE, 2003.

PASCARELLI, M.F. **A nova administração pública**: profissionalização, eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.

RODRIG, D. **Industrial policy for the twenty-first century**. Working Paper Series, 2004.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Porto Alegre: Sociologias, 2006.

SOUZA FILHO, J.R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2qzs3Oh>. Acesso periódico durante o desenvolvimento do trabalho.

TEIXEIRA, E.C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/35v4DIo>. Acesso periódico durante o desenvolvimento do trabalho.

WANDERLEY, L.A.; LAGES, A.M.G. **Novas estratégias de desenvolvimento regional**: elementos para reflexão. Salvador: Bahia Análise & Dados, 2004.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração estratégica**: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.